
2.0 Hotéis S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
2.0 Hotéis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da 2.0 Hotéis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da 2.0 Hotéis S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da 2.0 Hotéis S.A. e 2.0 Hotéis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das cifras do ano anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 11 de junho de 2020, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

2.0 Hotéis S.A.

de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

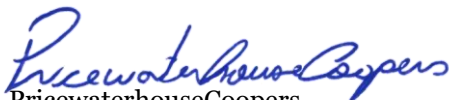
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

2.0 Hotéis S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0

2.0 Hotéis S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	15	28	4.398	14.432
Contas a receber	8	3.220	1.758	2.954	1.630
Estoques		-	-	7	31
Custos com Projetos		357	410	357	410
Tributos a recuperar		178	152	2.179	1.837
Outros créditos		9	11	1.050	1.108
Total do ativo circulante		3.780	2.359	10.945	19.448
Não circulante					
Depósitos e cauções	10	-	-	7	5.291
Dividendos a receber		2.413	-	-	-
Investimentos em controladas	11	89.100	110.560	-	-
Propriedades para investimento	13	-	-	209.911	225.608
Imobilizado	12	35	35	35	35
Intangível		1.279	1.279	1.279	1.279
Total do ativo não circulante		92.827	111.874	211.232	232.213
Total do ativo		96.608	114.233	222.177	251.661

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Fornecedores		10.317	2.471	4.319	3.785
Obrigações fiscais e trabalhistas	14	39	2	216	570
Empréstimos	15	-	-	4.705	10.736
Outras contas a pagar		-	8	551	421
Total do passivo circulante		10.356	2.481	9.791	15.512
Não circulante					
Tributos diferidos	22	-	-	12.630	10.838
Empréstimos	15	-	-	114.181	112.766
Provisão para perdas com controladas	11	1.468	546	-	-
Provisão para ações Judiciais	23	115	59	905	1.398
Total do passivo não circulante		1.583	605	127.717	125.002
Patrimônio líquido					
Capital social	17	375.467	366.381	375.467	366.381
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	8.736	-	8.736
Prejuízos acumulados		(290.798)	(263.970)	(290.798)	(263.970)
Total do patrimônio líquido		84.669	111.147	84.669	111.147
Total do passivo e patrimônio líquido		96.608	114.233	222.177	251.661

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.0 Hotéis S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita líquida de serviços	18	-	-	4.621	29.618
Custo operacional	19	-	-	(13.391)	(25.621)
Lucro (Prejuízo) bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.769)</u>	<u>3.997</u>
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	20	(344)	(90)	(2.375)	(7.375)
Tributárias		(1)	(1)	(638)	(528)
Outras receitas (despesas) operacionais		(85)	(996)	(651)	(2.286)
Outras Provisões		-	-	4	-
Participação nos resultados de controladas		(26.353)	7.393	-	(6)
PCLD		-	-	17	(953)
Reversão de provisão para impairment de ativos	13	-	-	(3.388)	29.034
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>(26.783)</u>	<u>6.306</u>	<u>(15.800)</u>	<u>21.883</u>
Resultado financeiro	21				
Receitas financeiras		2	69	408	986
Despesas financeiras		(47)	(40)	(9.301)	(14.390)
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(26.828)</u>	<u>6.335</u>	<u>(24.693)</u>	<u>8.479</u>
Imposto de renda e contribuição social	22			(2.135)	(2.144)
Lucro (Prejuízo) do exercício		<u>(26.828)</u>	<u>6.335</u>	<u>(26.828)</u>	<u>6.335</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.0 Hotéis S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (Prejuízo) do exercício	(26.828)	6.335	(26.828)	6.335
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u><u>(26.828)</u></u>	<u><u>6.335</u></u>	<u><u>(26.828)</u></u>	<u><u>6.335</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.0 Hotéis S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	366.381	3.434	(270.305)	99.510
Adiantamento para futuro aumento de capital		5.302		5.302
Lucro líquido do exercício			6.335	6.335
Saldo em 31 de dezembro de 2019	366.381	8.736	(263.970)	111.147
Aumento de capital	5.652	(5.652)	-	-
Aumento de capital estemporaneo	3.434	(3.434)		-
Adiantamento para futuro aumento de capital		350		350
Prejuízo do exercício	-		(26.828)	(26.828)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	375.467	-	(290.798)	84.669

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.0 Hotéis S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(26.828)	6.335	(24.693)	8.479
Ajustes de receitas e despesas que não afetam o caixa e equivalente de caixa:				
Resultado de equivalência patrimonial	26.353	(7.393)	-	6
Resultado na venda de investimentos	-	907	-	-
Depreciação e amortização	-	29	12.607	12.793
Baixas de propriedades para investimentos	-	12	-	6.540
Baixas de imobilizado	-	-	-	12
Juros sobre empréstimos	-	-	6.963	12.393
Amortização do custo de transação de empréstimos	-	-	1.404	427
Provisão/(Reversão) para impairment sobre os ativos	-	-	3.388	(29.034)
Constituição (Reversão) provisão para ações judiciais	56	16	(493)	(415)
Resultado na venda de imóveis	-	-	-	(82)
Constituição (Reversão) provisão para perdas esperadas de créditos	-	-	(17)	953
Variações nas contas de ativo e passivo:				
Contas a receber	-	-	(1.307)	1.192
Contas a receber de partes relacionadas	-	593	-	-
Tributos a recuperar	(27)	(28)	(342)	(313)
Outros créditos	(0)	40	58	(116)
Estoque	-	-	24	62
Fornecedores	406	(11)	427	(602)
Obrigações fiscais	40	(10)	(2.843)	2.154
Outras contas a pagar	(9)	8	723	(5)
	(10)	498	(4.100)	14.444
Impostos pagos	-	-	(2.489)	(3.820)
Juros pagos	-	-	(3.347)	(10.734)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(10)	498	(9.936)	(110)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de propriedades para investimento	-	-	(298)	(5.405)
Venda de investimentos	-	1.435	-	-
Mutuo com partes relacionadas	5.531	3.433	-	1.117
Aumento (redução) de capital em controladas	(5.884)	(12.491)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(6.200)	-	-
Depósitos e cauções	-	-	-	1.405
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(353)	(13.823)	(298)	(2.883)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos	-	-	34.256	-
Custos capitalizados	-	-	(3.114)	-
Amortização de empréstimos	-	-	(40.378)	(10.094)
Aumento de capital	-	-	9.086	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	350	5.302	350	5.302
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	350	5.302	200	(4.792)
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(13)	(8.023)	(10.034)	(7.785)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28	8.051	14.432	22.217
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15	28	4.398	14.432
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(13)	(8.023)	(10.034)	(7.785)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A 2.0 Hotéis S.A. ("Companhia") foi constituída em 28 de agosto de 2012, com sede na cidade de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social: (i) gerenciamento de produtos e serviços; (ii) desenvolvimento de empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação em outras sociedades empresárias.

Em 30 de janeiro de 2015, o HSI IV Fundo de Investimentos em Participações ("FIP") subscreveu diretamente 2% das ações representativas de emissão da Companhia, passando indiretamente a deter a totalidade das ações, através de sua controlada, REC Hotel S.A. ("REC"), que, por sua vez, à época, era titular de 98% das ações da Companhia.

Em 30 de junho de 2016, foi aprovada a incorporação, pela Companhia, de sua controladora REC Hotel S.A., passando o FIP a deter o controle da Companhia com 99,99% de seu capital.

Em 03 de agosto de 2020, foi aprovada a incorporação da investida 2.0 Hotéis Araçatuba Ltda. pela 2.0 Hotéis Holding Arco.

Em 01 de outubro de 2020, foi aprovada a incorporação da investida 2.0 Hotéis Holding Arco onde a Companhia passou a ser a controladora direta com 99,99% da 2.0 Hotéis Rio Preto, da 2.0 Hoteis Ribeirão Preto I e II, da 2.0 Hoteis Araraquara, da 2.0 Hoteis Bauru, da 2.0 Hoteis Franca, da 2.0 Hoteis Piracicaba e da 2.0 Hoteis São Carlos.

A Companhia detém a participação em 16 empreendimentos hoteleiros, operados pela Atrio Hoteis S.A. sob a bandeira Ibis Styles em acordo firmado com o Grupo Accor. A plataforma, conta com 1.889 unidades habitacionais. Os empreendimentos estão localizados em 15 cidades distintas do país, sendo 7 deles no Estado de São Paulo.

Impactos COVID-19:

Subsequentemente ao encerramento do exercício de 2019, uma pandemia relacionada ao COVID-19 foi declarada. A pandemia representa um fator de risco de mercado, incluindo incerteza nos mercados imobiliários. Embora a pandemia tenha se estendido até os dias atuais, os hotéis estão funcionando apesar de algumas restrições.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2021

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Adicionalmente, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 – contas a receber: mensuração da provisão para perdas com créditos esperadas.

Nota explicativa 14 – propriedades para investimentos: mensuração do ajuste para fins de *impairment*.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

6.1 Consolidação

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, e tem a capacidade de auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas e a Companhia são eliminados. Os lucros (prejuízos) não realizados, quando aplicável, também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram aplicadas de maneira uniforme e são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação integral das investidas apresentadas na Nota 11.

b. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. Quando alguma das investidas apresenta patrimônio líquido negativo, a controladora apresenta a posição de seus investimentos naquela investidas no grupo de passivo, como provisão para perdas com controladas.

6.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza

dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor e as aplicações financeiras compromissadas incluídas em equivalentes de caixa.

6.3 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia compreendem os caixas e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar e debêntures.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrevemos a seguir:

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos na seguinte categoria:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

(iii) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos, fornecedores, e outras contas a pagar, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

6.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

6.5 Contas a receber

Consiste em:

- Hospedagens a receber de clientes correspondente aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia reconhecidos pelo regime de competência.

- Operações com locação tratadas como arrendamentos mercantis operacionais. O valor do aluguel estabelecido, incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários, é reconhecido na proporção da participação da Companhia nos empreendimentos, em bases lineares durante os prazos do respectivo contrato, independentemente da forma de recebimento.

Os valores a receber de clientes ficam classificados no circulante, quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos. Caso contrário, estarão apresentados no ativo não circulante.

Para constituição de sua política de créditos com liquidação duvidosa, a empresa leva em consideração a atividade operacional sob a qual o valor a receber foi gerado, os dados históricos, os dados atuais e futuros. Portanto, para:

Atividade hoteleira:

- a vencer	20%
- vencidos entre 1 a 30 dias	30%
- vencidos entre 31 a 60 dias	40%
- vencidos entre 61 a 90 dias	60%
- vencidos acima de 91 dias	100%

Atividade de locação:

- A vencer	0%
- Vencidos entre 1 a 30 dias	2%
- Vencidos entre 31 a 60 dias	5%
- Vencidos entre 61 a 90 dias	10%
- Vencidos acima de 91 dias	30%

6.6 Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações, ou ambos) mantida pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de alugueis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio.

A Companhia é proprietária de imóveis que serão mantidos para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorização. Os imóveis não serão ocupados pela Companhia.

A propriedade para investimento é demonstrada pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear, levando em consideração as taxas de depreciação aplicáveis e reconhecidas no resultado do exercício.

Os terrenos não são depreciados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício e seus valores calculados. A propriedade possui um prazo de vida útil estimada em 40 anos.

6.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Classe do ativo	Vida útil (em anos)
Edificações	29,58 a 60
Móveis e utensílios	2 a 10
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	2 a 5
Instalações	10

6.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

6.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

6.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

6.11 Provisões

As provisões e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando:

- (i) Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.12 Empréstimos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período em que o empréstimo esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, de acordo com o fluxo financeiro de pagamentos contratado, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

6.13 Tributação

6.13.1 *Imposto de renda e contribuição social - correntes*

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A base de apuração é o resultado do exercício.

6.13.2 *Imposto de renda e contribuição social - diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

6.13.3 *Impostos sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Para as sociedades do segmento hoteleiro que utilizam a sistemática do lucro real, a Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor.

A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS é calculada à alíquota de 3,00%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS.

Para as demais sociedades cuja atividade é agora apenas a locação do imóvel utilizam a sistemática do lucro real, a Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS é calculada à alíquota de 1,65%, aplicada sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor.

A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS é calculada à alíquota de 7,6%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS.

O Imposto sobre serviço - ISS sobre os serviços prestados são calculados à alíquota de 5%, aplicável sobre a respectiva receita.

6.14 Adiantamentos para futuro aumento de capital

Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de não cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamentos para futuro aumento de capital, sendo posteriormente transformados em capital social, através de atos societários. Os termos de conversão consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações.

6.15 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência.

6.16 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados de hospedagem. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita com aluguéis

O locatário dos edifícios comerciais pagam um aluguel que corresponde a um valor anual, reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-M).

A Companhia registra suas operações com locação como arrendamentos mercantis operacionais. O valor do aluguel estabelecido, incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários, é reconhecido na proporção da participação da Companhia no empreendimento, em bases lineares durante os prazos do respectivo contrato, independentemente da forma de recebimento

Receitas com hospedagem, venda de alimentos e bebidas, e de serviços diversos: São reconhecidas no resultado observado o regime contábil da competência.

6.17 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Depósitos bancários de curto prazo	15	28	995	2.842
Aplicações financeiras (a)	-	-	3.403	11.589
	15	28	4.398	14.432

- (a) Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, em títulos privados de Certificados de Depósito Bancário (CDB), de liquidez imediata, necessárias para a manutenção da atividade operacional da Companhia que são remunerados a taxa de 75% do CDI e para as quais inexistem penalidades ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato.

8 Contas a receber

O recebível é considerado como ativo de boa capacidade de pagamento, uma vez que o título é firmado apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização.

	Consolidado	
	2020	2019
Alugueis a receber	1.640	341
Fundo de reserva	804	1.149
Hospedagem em curso e faturas a receber (a)	54	866
Contas a receber de cartões (a)	79	611
Contas a receber com partes relacionadas	224	15
Outros	1.593	112
	4.394	3.094
Provisão para perdas de crédito esperada (PCE) (a)	(1.440)	(1.464)
Total de contas a receber	2.954	1.630

- (a) Em 2019, por conta do encerramento das atividades hoteleiras nas controladas, exceto na Templim, foram provisionados integralmente como perda os saldos relacionados a atividade hoteleira.

Movimentação da provisão para perdas de créditos esperada (PCE)

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e aos recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	(1.464)	(511)
Provisão estimada com créditos de liquidação duvidosa constituída no ano	24	(953)
Saldo no final do exercício	(1.440)	(1.464)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos a receber por idade de vencimento estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado	
	2020	2019
A vencer	2.669	1.602
Vencidos há mais de 91 dias	1.726	1.477
Total de contas a receber	4.394	3.094

9 Partes relacionadas

O montante de R\$ 214 (R\$1.758 em 31 de dezembro de 2019), apresentado na controladora refere-se a contas a receber de suas controladas referente à rateio de despesas, eliminado no consolidado, conforme segue:

Contas e receber de partes relacionadas

Controladas diretas	Controladora	
	2020	2019
2.0 Hotéis Parauapebas Ltda.	-	181
2.0 Hotéis Pouso Alegre Ltda.	-	174
2.0 Hotéis SPE 2012 VI Rondonópolis Ltda.	-	23
2.0 Hotéis SPE 2012 VIII Boa Vista Ltda.	-	23
2.0 Hotéis SPE 2012 IX Alagoinhas Ltda.	-	175
2.0 Hotéis SPE 2013 VI Maracanaú Ltda.	-	24
2.0 Hotéis SPE 2013 VII Palmas Ltda.	-	23
Templim SP Participações	-	37
2.0 Hotéis Araçatuba Ltda.	-	3
2.0 Hotéis Araraquara Ltda.	-	147
2.0 Hotéis Bauru Ltda.	-	121
2.0 Hotéis Franca Ltda.	-	137
2.0 Hotéis Rio Preto Ltda.	-	23
2.0 Hotéis Ribeirão Preto I Ltda.	-	193
2.0 Hotéis Ribeirão Preto II Ltda.	-	72
2.0 Hotéis Piracicaba Ltda.	-	47
2.0 Hotéis São Carlos Ltda.	-	146
Outros	224	209
	224	1.758

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui contratos de mútuo, com vencimento em 31 de dezembro de 2020, com as seguintes partes relacionadas:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
REC Saphyr Bossa Nova	-	15
Ativo circulante	-	15

A Companhia possui expectativa de recebimento dos valores durante o exercício de 2021. Os saldos não possuem atualização.

10 Depósitos e cauções

Os montantes retidos, atualizados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão assim resumidos:

Controladas	Consolidado	
	2020	2019
2.0 Hotéis Parauapebas Ltda.	-	5.291
2.0 Hotéis Alagoinhas Ltda.	7	-
	7	5.291

11 Investimentos em controladas

a. Movimentação do saldo

	Controladora
Em 31 de dezembro de 2018	86.797
Aumentos de capital em controladas	12.491
Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.226
Resultado de equivalência patrimonial	7.393
Baixa de investimento (i)	(2.347)
Em 31 de dezembro de 2019	110.560
Aumentos de capital em controladas	4.875
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(1.489)
Resultado de equivalência patrimonial	(26.297)
Em 31 de dezembro de 2020	87.649

- (i) Em 12 de abril de 2019 a Companhia efetuou a venda de sua controlada 2.0 Hotéis Vitória da Conquista Ltda. O valor de venda foi de R\$ 1.435, o que gerou uma perda para Companhia no valor de R\$ 907, registrada na rubrica “outras receitas (despesas) operacionais”.

b. Composição dos investimentos 2020 e 2019

	Quantidade de quotas possuídas pela Companhia	Participação nas quotas - %	Saldo de investimentos e perda com investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020				
2.0 Hotéis Participações	123.775	100	7	(26)
2.0 Hotéis Parauapebas	13.756.673	100	11.367	(2.148)
2.0 Hotéis Pouso Alegre	11.488.587	100	(1.160)	(2.165)
2.0 Hotéis Rondonópolis	4.679.734	100	7.874	1.076
2.0 Hotéis Boa Vista	8.704.130	100	10.530	(561)
2.0 Hotéis Aparecida de Goiânia	2.051.285	100	1.957	(39)
2.0 Hotéis Alagoinhas	18.361.719	100	(308)	(317)
2.0 Hotéis Rio Preto	13.194.865	100	10.093	851
2.0 Hotéis Ribeirão Preto I	48.159.895	100	558	(6.582)
2.0 Hotéis Ribeirão Preto II	13.173.111	100	5.045	(3.013)
2.0 Hotéis Araraquara	11.578.418	100	1.468	(820)
2.0 Hotéis Bauru	23.561.420	100	4.085	(1.663)
2.0 Hotéis Franca	9.707.565	100	3.361	(730)
2.0 Hotéis Piracicaba	28.998.459	100	4.654	(3.316)
2.0 Hotéis São Carlos	19.041.203	100	1.136	(2.332)
2.0 Hotéis Campo Grande	2.021.000	100	1.450	76
2.0 Hotéis Maracanau	12.201.909	100	8.473	(701)
2.0 Hotéis Palmas	1.844.352	100	2.117	(744)
Templin SP Participações	36.878.390	100	14.925	(3.234)
Subtotal			87.632	(26.388)
Amortização Juros Capitalizados Parauapebas				29
Total			89.100	(26.359)
Provisão para perdas com controladas			(1.468)	

2.0 Hotéis S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020 e 2019*

	Quantidade de quotas possuídas pela Companhia	Participação nas quotas - %	Saldo de investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Em 31 de dezembro de 2019				
2.0 Hotéis Participações	123.775	100	4	(10)
2.0 Hotéis Parauapebas	13.756.673	100	13.573	9.381
2.0 Hotéis Pouso Alegre	11.488.587	100	401	(1.394)
2.0 Hotéis Rondonópolis	4.679.734	100	7.430	886
2.0 Hotéis Boa Vista	8.704.130	100	11.082	1.570
2.0 Hotéis Aparecida de Goiânia	2.051.285	100	1.923	(36)
2.0 Hotéis Alagoinhas	18.361.719	100	(546)	(364)
2.0 Hotéis Holding Arco	150.124.739	100	44.384	(1.998)
2.0 Hotéis Campo Grande	2.021.000	100	1.343	(633)
2.0 Hotéis Maracanau	12.201.909	100	8.995	1.999
2.0 Hotéis Palmas	1.844.352	100	4.422	(4.538)
Templin SP Participações	36.878.390	100	<u>17.003</u>	<u>2.556</u>
Subtotal			110.014	7.419
Amortização Juros Capitalizados Parauapebas				<u>(26)</u>
Total			110.560	7.393
Provisão para perdas com controladas			(546)	

Seguem abaixo os resultados da controladas direta e indiretas, como também o total de seus ativos e passivos:

2020	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Controladas diretas (i)				
2.0 Hotéis Participações S.A.	9	52	(43)	(26)
2.0 Hotéis Parauapebas Ltda.	21.284	14.254	7.030	(2.148)
2.0 Hotéis Pouso Alegre Ltda.	7.053	12.348	(5.295)	(2.165)
2.0 Hotéis Rondonópolis Ltda.	12.555	4.785	7.770	1.076
2.0 Hotéis Boa Vista Ltda.	21.511	11.076	10.434	(561)
2.0 Hotéis Ap de Goiânia Ltda.	1.959	157	1.803	(39)
2.0 Hotéis Alagoinhas Ltda.	6.425	9.682	(3.256)	(316)
2.0 Hotéis Rio Preto Ltda.	17.893	11.777	6.118	851
2.0 Hotéis Rib I Ltda.	19.229	18.961	270	(6.583)
2.0 Hotéis Rib II Ltda.	12.952	8.030	4.924	(3.013)
2.0 Hotéis Araraquara Ltda.	6.674	5.265	1.410	(820)
2.0 Hotéis Bauru Ltda.	14.001	10.049	3.954	(1.663)
2.0 Hotéis Franca Ltda.	6.373	3.066	3.308	(730)
2.0 Hotéis Piracicaba Ltda.	21.247	23.591	(2.343)	(3.317)
2.0 Hoteis São Carlos Ltda.	4.043	2.900	1.143	(2.332)
2.0 Hotéis Campo Grande Ltda.	1.453	93	1.360	76
2.0 Hotéis Maracanau	16.306	10.518	5.787	(701)
2.0 Hotéis Palmas	9.084	7.295	1.790	(743)
Templin SP Participações	27.710	23.128	4.582	(3.234)

2019	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Controladas diretas (i)				
2.0 Hotéis Participações S.A.	13	29	(16)	(10)
2.0 Hotéis Paraupebas Ltda.	25.743	16.565	9.178	9.381
2.0 Hotéis Pouso Alegre Ltda.	8.366	12.075	(3.709)	(1.394)
2.0 Hotéis Rondonópolis Ltda.	11.425	4.061	7.364	886
2.0 Hotéis Boa Vista Ltda.	17.304	6.310	10.994	1.570
2.0 Hotéis Ap de Goiânia Ltda.	1.958	116	1.842	(36)
2.0 Hotéis Alagoinhas Ltda.	10.651	13.591	(2.940)	(364)
2.0 Hotéis Holding Arco Ltda.	44.848	34.648	10.200	(1.998)
2.0 Hotéis Vit da Conquista Ltda.	1.352	67	1.285	(633)
2.0 Hotéis Campo Grande Ltda.	18.526	12.038	6.488	1.999
2.0 Hotéis Maracanau	9.749	5.474	4.275	(4.538)
2.0 Hotéis Palmas	30.978	23.162	7.816	2.556
Templin SP Participações				
Controladas indiretas (ii)				
	2.176	2.083	93	(238)
2.0 Hotéis Araçatuba Ltda.	7.278	9.803	(2.525)	(356)
2.0 Hotéis Araraquara Ltda.	14.931	11.523	3.408	1.397
2.0 Hotéis Bauru Ltda.	6.846	5.599	1.247	488
2.0 Hotéis Franca Ltda.	23.554	22.580	974	(1.824)
2.0 Hotéis Piracicaba Ltda.	24.262	25.536	(1.274)	(458)
2.0 Hotéis Rib I Ltda.	15.514	10.761	4.753	(1.363)
2.0 Hotéis Rib II Ltda.	16.734	11.468	5.266	1.419
2.0 Hotéis Rio Preto Ltda.	13	29	(16)	(10)
2.0 Hotéis São Carlos Ltda.	25.743	16.565	9.178	9.381

(i) Controladas diretas

As controladas diretas referem-se a Companhias proprietárias de empreendimentos hoteleiros e Companhias pré-operacionais, em fase de estudo e aquisição de terrenos para futuro desenvolvimento de projetos hoteleiros, bem como Companhias proprietárias de empreendimentos hoteleiros.

(ii) Controladas indiretas

As controladas indiretas referem-se a Companhias proprietárias de empreendimentos hoteleiros localizados no Estado de São Paulo, em 01 de outubro de 2020 após a incorporação da 2.0 Hotéis Holgind Arco, a Companhia passou a ser controlador direto.

12 Imobilizado

Consolidado	Valor de custo				Depreciação acumulada	Valor Líquido
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Impairment		
Em 31 de dezembro de 2020	45	-	-	-	(10)	35
Em 31 de dezembro de 2019	45	-	-	-	(10)	35

Em 2019 houve a mudança na operação, onde os empreendimentos hoteleiros passaram a ser operados diretamente pela Atrio Hotéis S.A., sob a bandeira da Ibis Styles e os ativos da

companhia passaram a ser utilizados apenas como objeto de locação para obtenção de receitas e portanto, passaram a ser classificados como Propriedades para Investimento, conforme critérios previstos no Pronunciamento Contábil CPC 28.

13 Propriedades para investimentos

Consolidado	Valor de custo								
	Terrenos	Edificações	Hotéis em construção	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em 31 de dezembro de 2019	50.211	287.272	451	32.616	3.626	19.207	(116.550)	(51.225)	225.608
Depreciação do período	-	-	-	-	-	-	-	(12.607)	(12.607)
Adição	-	291	-	7	-	-	-	-	298
Impairment	-	-	-	-	-	-	(3.388)	-	(3.388)
Em 31 de dezembro de 2020	50.211	287.563	451	32.623	3.626	19.207	(119.938)	(63.832)	209.911

A Companhia a partir de 2019, transformou a operação dos Hotéis, onde os empreendimentos hoteleiros passaram a ser apenas objeto de locação a operadora Atrio Hotéis, fator este que justifica a classificação dos mesmos como Propriedade para investimentos, conforme critérios previstos no Pronunciamento contábil CPC 28

Provisão para perdas

Durante o exercício de 2020, a Companhia revisou o valor contábil de seus ativos com o objetivo de determinar e avaliar se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicava que o valor contábil de seus ativos, poderiam não ser recuperados. Com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, a Companhia não identificou o surgimento de novos acontecimentos e circunstâncias as anteriormente reconhecidas. Nesse sentido, a Companhia não efetuou nenhuma movimentação adicional as provisões de perdas de imobilizado.

Valor justo

Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seu imóvel para investimento ao custo histórico menos a provisão para depreciação.

Adicionalmente, para fins exclusivos de divulgação em notas explicativas, o valor justo dos imóveis não foi determinado em transações observáveis no mercado devido à natureza do imóvel e à ausência de dados comparáveis, tendo sido aplicado um método de avaliação baseado na característica específica de cada ativo.

A Administração da Companhia adotou a metodologia do índice de capitalização ou cap rates. A metodologia cap rate é utilizada para estimar o valor do imóvel com base na receita bruta gerada pelo investimento. Nesse sentido, o cap rate é obtido da seguinte fórmula: cap rate: receita bruta/valor do investimento, ainda adicionando o valor esperado de venda do bem. Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo das propriedades para investimento é de, aproximadamente, R\$ 220.605 (R\$ 225.888 em 2019) apurado por meio da taxa de desconto de 9,5%.

14 Obrigações fiscais e trabalhistas

a. Obrigações fiscais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ISS a recolher	-	-	66	111
PIS a recolher	-	-	2	8
COFINS a recolher	-	-	8	75
IRRF a recolher	-	-	3	19
CRF a recolher	-	2	46	49
Outros	39	-	89	97
Provisão de Férias	-	-	-	102
Provisão de Encargos s/ Férias	-	-	-	37
Salários e Ordenados	-	-	-	16
FGTS a recolher	-	-	-	12
INSS a recolher	-	-	3	44
	39	2	216	570

15 Empréstimos

Os empréstimos apresentados no consolidado foram contratados pelas controladas e estão assim resumidos:

Instituição financeira	Vencimento	Consolidado	
		2020	2019
Banco Itaú S.A. (i)	05/06/2026	-	61.189
Banco da Amazônia S.A. (ii)	10/10/2030	-	10.157
Banco Itaú S.A. (iii)	07/02/2027	-	11.813
Banco Bradesco S.A. (iv)	03/04/2026	-	6.998
Banco do Nordeste (v)	09/06/2032	-	10.274
Banco do Nordeste (vi)	07/06/2037	-	9.080
Banco Itaú S.A. (vii)	05/06/2026	-	4.897
Banco Itaú S.A. (viii)	05/06/2026	-	3.497
Banco Itaú S.A. (ix)	05/06/2026	-	5.597
Banco Itaú S.A. (x)	18/02/2030	107.267	-
Banco Itaú S.A. (xi)	18/02/2030	11.619	-
Circulante		4.705	10.736
Não circulante		114.181	112.766

- (i) CCB's emitidas em 5 de junho de 2014 no montante total de R\$85.000, com vencimento final em 5 de junho de 2026, atualizados pela variação da TR, acrescidos de taxa de 10,55% a.a. (liquidado antecipadamente);
- (ii) CCB emitida em 4 de novembro de 2015 no montante total de R\$12.258, com vencimento final em 10 de outubro de 2030, atualizados por juros de 7,00% a.a., já considerados o bônus de adimplência de 15% (liquidado antecipadamente);
- (iii) CCB emitida em 1 de novembro de 2015 no montante total de R\$17.000, com vencimento final em 7 de fevereiro de 2027, atualizados pela variação da TR, acrescidos de taxa de 10,482% a.a. liquidado antecipadamente);
- (iv) Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças em 03 de novembro de 2014 no montante de R\$8.500, com vencimento final em 03 de abril de 2026, atualizados pela variação da TR, acrescidos de taxa de 9,57% a.a. 10,00% a.a.(liquidado antecipadamente);
- (v) Escritura Pública de Abertura de Crédito emitida em 28 de março de 2017 no montante total de R\$11.947, conforme aditado posteriormente, com vencimento final em 09 de junho de 2032, atualizados pela variação da TR, acrescidos de taxa de 9,0% a.a. (liquidado antecipadamente);

- (vi) CCB emitida em 24 de outubro de 2017 no montante total de R\$11.349 , com vencimento final em 07 de junho de 2037. Em 22 de Fevereiro de 2018 emitido nova CCB no montante de R\$ 1.940. Em 03 de Setembro de 2018. Emitida nova CCB no montante de R\$ 709, perfazendo um total de R\$ 13.998, atualizados pela variação da TR, acrescidos de taxa de 8,55% a.a. (liquidado antecipadamente);
- (vii) CCB emitida em 05 de novembro de 2018 no montante de R\$ 5.250, com vencimento em 05 de junho de 2026, atualizados por juros de 2,95% a.a. (liquidado antecipadamente);
- (viii) CCB emitida em 05 de novembro de 2018 no montante de R\$ 3.750, com vencimento em 05 de junho de 2026, atualizados por juros de 2,95% a.a. (liquidado antecipadamente);
- (ix) CCB emitida em 05 de novembro de 2018 no montante de R\$ 6.000, com vencimento em 05 de junho de 2026, atualizados por juros de 2,95% a.a. (liquidado antecipadamente)
- (x) CCB emitida em 27 de fevereiro de 2020 no montante de R\$ 110.143, com vencimento em 28 de fevereiro de 2030, atualizados por juros de 2,30% a.a.
- (xi) Escritura Pública de Abertura de Crédito emitida em 01 de setembro de 2020 no montante total de R\$ 12.088, conforme aditado posteriormente, com vencimento final em 01 de março de 2027, atualizados pela variação da TR, acrescidos de taxa de 10,48% a.a.;

Os empréstimos apresentados no consolidado foram contratados pelas controladas. Abaixo composição de custos e vencimento:

	Consolidado	
	2020	2019
Empréstimos	5.334	10.838
(-) Custo de transação	(629)	(102)
Total do circulante	4.705	10.736
Empréstimos	119.014	116.195
(-) Custo de transação	(4.833)	(3.429)
Total do não circulante	114.181	112.766

A seguir, o cronograma de amortização da parcela não circulante do empréstimo em 31 de dezembro de 2020:

Ano	2020			2019		
	Dívida	Custos de transação	Líquido	Dívida	Custos de transação	Líquido
2021				13.123	(329)	8.773
2022	4.676	(629)	4.047	13.694	(375)	9.683
2023	6.392	(629)	5.763	15.053	(420)	10.639
2024	8.373	(629)	7.744	16.626	(466)	11.749
2025	10.948	(629)	10.319	18.489	(536)	13.054
2026	14.160	(629)	13.531	19.554	(604)	13.780
2027	19.928	(558)	19.380	9.298	(397)	6.478
2028	23.641	(541)	23.100	2.303	(65)	1.628
2029	28.796	(541)	28.255	2.303	(65)	1.628
2030	2.101	(548)	2.042	2.298	(60)	1.627
2031				1.378	(38)	974
2032				2.076	(74)	1.455
Parcela não circulante	119.014	(4.833)	114.181	116.195	(3.429)	112.766

Os custos de transação compreendem gastos incorridos com as instituições financeiras no processo de captação dos referidos empréstimos, cuja amortização para o resultado acompanha o prazo do contrato do empréstimo.

Os contratos de empréstimos possuem como garantias, entre outras, depósitos caução, à alienação fiduciária dos imóveis e das quotas das Companhias proprietárias dos mesmos, e possuem, ainda, cláusulas relativas à observância de “*covenants*” financeiros e não financeiros que podem gerar vencimento antecipado dos empréstimos, como ações judiciais que comprometam as garantias ao empréstimo, pedido de falência ou recuperação judicial.

De acordo com o item v.5 do primeiro aditamento da CCB do hotéis Arco até 120 (cento e vinte) dias contados do encerramento do exercício social, ou seja, até o mês de abril do exercício subsequente, a Empresa deve apresentar os cálculos financeiros relacionados aos Covenants, com base nas Demonstrações Financeiras auditadas daquele exercício social.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	2020	2019
Saldo inicial	123.502	131.511
Fluxo das atividades operacionais		
Capitação de empréstimos	34.256	
Custos de empréstimos capitalizados	(3.114)	427
Liquidação de empréstimos	(37.031)	
Pagamento de juros	(3.747)	(10.734)
Pagamento de empréstimos	(3.347)	(10.095)
	(12.983)	(20.402)
Total das variações no fluxo de caixa de financiamento	(12.983)	(20.402)
Outras variações		
Amortização do custo de transação	1.404	
Despesas com juros	6.963	12.393
	8.367	12.393
Total das outras variações	8.367	12.393
Saldo final	118.886	123.502

16 Adiantamento para future aumento de capital

São representados por recursos obtidos, que serão utilizados em futura integralização de capital, no valor total de R\$ - (R\$ 5.302 em 2019). Os recursos foram aportados pelos acionistas, que foram convertidos em ações ordinárias, durante o exercício de 2020.

17 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia de R\$ 375.467 (R\$ 369.815 em 2019) está assim detido:

Acionista	Quantidade de ações ON
HSI IV Fundo de Investimento em Participações	375.467.438
2.0 Participações S.A.	<u>1</u>
	<u>375.467.439</u>

Em 21 de Agosto de 2020, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento do capital social no valor de R\$ 5.652, com a subscrição e integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital passando para 375.467.439 ações ordinárias.

Em 30 de Agosto de 2019, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento do capital social no valor de R\$3.434, com a subscrição e integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital passando para 369.815.439 ações ordinárias.

18 Receita líquida (consolidado)

	Consolidado	
	2020	2019
Receita com prestação de serviços		
Receita com hospedagens	1.830	22.205
Receita com alugueis	2.679	7.944
Receita de vendas de alimentos e bebidas	141	1.939
	<u>4.650</u>	<u>32.088</u>
Deduções da receita		
PIS*	13	(225)
COFINS*	62	(1.132)
ISS	(92)	(953)
ICMS	(12)	(160)
	<u>(29)</u>	<u>(2.470)</u>
Receita operacional líquida	<u>4.621</u>	<u>29.618</u>

* saldo credor em função dos créditos Pis e Cofins sobre depreciação de edifícios.

19 Custo dos serviços prestados (consolidado)

	2020	2019
Despesas com depreciação	(12.607)	(12.769)
Custo da mercadoria vendida	(116)	(1.568)
Despesas com pessoal	(183)	(4.344)
Serviços terceirizados	-	(3.146)
Materiais de consumo	-	(939)
Gastos com serviços públicos	-	(2.462)
Manutenções instalações	-	(387)
Demais custos	-	(6)
	<u>(13.391)</u>	<u>(25.621)</u>

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	-	(2)	(152)	(2.230)
Despesas com manutenção	-	-	(101)	(337)
Despesas com ocupação	-	-	-	(51)
Despesas gerais	-	-	(274)	(39)
Taxas e Emolumentos	(1)	(11)	(11)	(58)
Honorários advocatícios	(9)	-	(54)	(171)
Serviços de consultoria e contabilidade	(65)	(41)	(927)	(1.033)
Publicações	(9)	-	(13)	(212)
Serviços de informática	(227)	(4)	(411)	(807)
Viagens e estadias	(11)	-	(60)	(360)
Comissão de cartão de crédito	-	-	(54)	(481)
Comissão de agentes de viagens	-	-	(92)	(974)
Outras despesas	(22)	(32)	(256)	(622)
	(344)	(90)	(2.408)	(7.375)

21 Receitas e despesas financeiras (consolidado)

	Consolidado	
	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	348	901
Atualização dos depósitos e cauções	-	64
Outras receitas financeiras	60	21
Total das receitas financeiras	408	986
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos bancários	(7.183)	(12.625)
Apropriação de custo de transação do período	(1.450)	(427)
Despesas bancárias	(19)	(106)
Comissão Fiança	(547)	(776)
Outras despesas	(102)	(546)
Total das despesas financeiras	(9.301)	(14.390)
Resultado financeiro líquido	(8.893)	(13.404)

22 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pelo regime tributário calculado com base no Lucro Real durante os exercícios de 2020 e 2019, cuja reconciliação da taxa efetiva está apresentada a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(27.764)	6.335	(24.726)	8.479
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Impostos - nominais	9.440	(2.154)	8.407	(2.883)
Ajustes na base de cálculo do imposto:				
Variação no imposto diferido ativo não reconhecido			(10.542)	739
Outras diferenças permanentes	(162)	(360)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(9.278)	2.514	-	-
	-	-	(2.135)	(2.144)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(2.135)	(2.144)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Alíquota efetiva	-	-	(9)%	19%

A Companhia não registra IR e CS diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa por entender que apenas deverá fazê-lo na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados. Em 31 de dezembro de 2020 a base de prejuízo fiscal e base negativa é de R\$ 31.005 (R\$ 12.535 em 31 de dezembro de 2019).

(i) Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

<i>Em milhares de Reais</i>	Saldo líquido em 31 de dezembro 2019	Reconhecido no resultado	Baixa por incorporação investida	Passivo fiscal diferido 2020
Propriedade para investimento	10.838	2.135	(343)	12.630
Imposto líquido passivo	10.838	2.135	(343)	12.630

<i>Em milhares de Reais</i>	Saldo líquido em 1º de janeiro 2019	Reconhecido no resultado	Baixa por incorporação de investida	Passivo fiscal diferido 2019
Propriedade para investimento	8.694	2.144	-	10.838
Imposto líquido passivo	8.694	2.144	-	10.838

IRPJ e CSLL diferido

Não circulante	2020	2019
Imposto de renda diferido	9.287	7.968
Contribuição social diferido	3.343	2.870
	12.630	10.838

O imposto diferido acima é referente a diferença entre a depreciação contábil e a depreciação fiscal.

23 Provisões para ações judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a certos riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões de consultores jurídicos. A Companhia possui processos julgados por seus assessores jurídicos como perdas prováveis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 nos montantes demonstrados abaixo. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de processos julgados como perdas possíveis é de R\$ 2.609 (R\$ 3.800 em 31 de dezembro de 2019). Podem existir outras eventuais obrigações de natureza geral, relativas a impostos de exercícios anteriores, uma vez que não é possível obter aprovação final e definitiva das declarações de impostos no Brasil. A Administração considera que todos os impostos e encargos têm sido pagos ou provisionados adequadamente.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para ações Judiciais	114	59	904	1.398

24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros para riscos de incêndio e vários outros para resguardar seus ativos imobilizados, sendo o valor dos seguros contratados naquela data considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

25 Instrumentos financeiros

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, presentes no CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

a. Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Demonstramos abaixo os valores justos dos ativos e passivos financeiros, os quais estão todos classificados no “Nível 2” de hierarquia do valor justo versus os saldos contábeis:

- Caixa e equivalente de caixa (nota explicativa 7)

b. Instrumentos financeiro por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado		Classificação
	2020	2019	2020	2019	
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras, classificada como caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	-	-	3.403	11.589	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber (nota 8)	3.220	1.758	2.954	1.630	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (nota 16)		-	118.886	123.502	Custo amortizado
Fornecedores	10.317	133	5.255	3.785	Custo amortizado

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de Risco da Companhia.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

(i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com os critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Para gerenciamento das perdas com os promitentes, a Companhia tem por política efetuar análise de crédito, liquidez e exposições financeiras que possam comprometer a capacidade financeira dos potenciais promitentes honrarem seus compromissos de aquisição dos imóveis.

Estas análises baseiam-se em suporte documental e modelo de análise interno.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e Equivalentes de caixa (Nota 7)	15	28	4.398	14.432
Contas a receber (Nota 8)	3.220	1.758	2.954	1.630
	1.006	1.786	7.342	16.062

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e aos recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	(953)	(511)
Provisão estimada com créditos de liquidação duvidosa constituída no ano	(487)	(442)
Saldo no final do exercício	(1.440)	(953)

A Companhia considera o montante das prorrogações e das negociações de dívidas no cálculo da provisão para redução ao valor recuperável.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de ‘rolagem’ com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base nas seguintes características de risco de crédito comuns: região geográfica, tempo da relação com o cliente e tipo de produto adquirido.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre

as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

A Companhia possui ‘Caixa e equivalentes de caixa’ em bancos e instituições Financeiras de primeira linha, e por isso, considera que têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	2.471	-	3.785	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	-	-	10.736	112.766
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	10.317	-	5.255	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	-	-	4.705	114.181

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

(iv) Risco de câmbio

A Companhia não possui operações em moeda diferente do real.

(v) Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

	Consolidado	
	2020	2019
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (Nota 7)	3.403	11.589
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	118.886	123.502
Ativos e passivos financeiros, líquidos	115.453	111.913

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros remunerados a uma taxa de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado:

						2020
Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário	Aumento de	Aumento de	
				índice em 25%	índice em 50%	
	Taxa CDI		2,75%	3,44%	4,13%	
Ativo financeiro			Rendimento Anual	Rendimento Anual	Rendimento Anual	
Aplicações financeiras	75% CDI	R\$3.403	R\$70	R\$88	R\$105	
Passivo financeiro			Juros Anual	Juros Anual	Juros Anual	
Empréstimos e financiamentos	100% TR+ 8,5%	R\$123.502	R\$13.375	R\$14.192	R\$15.009	
						2019
Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário	Aumento de	Aumento de	
				índice em 25%	índice em 50%	
	Taxa CDI		5,94%	7,43%	8,91%	
Ativo financeiro			Rendimento Anual	Rendimento Anual	Rendimento Anual	
Aplicações financeiras	75% CDI	R\$11.589	R\$688	R\$516	R\$344	
Passivo financeiro			Juros Anual	Juros Anual	Juros Anual	
Empréstimos e financiamentos	100% TR+ 8,5%	R\$123.502	R\$17.834	R\$19.674	R\$21.502	

Jefferson Baptista Tagliapietra
Diretor

Ronaldo Figueredo Delgado
Contador
CRC: 1SP257949/O-0